

INTERVENTION WITH TEENAGERS: WORKSHOPS ON SEXUALITY, AFFECTIVITY AND PREVENTION OF VIOLENCE AGAINST WOMEN



## INTERVENÇÃO COM ADOLESCENTES: OFICINAS DE SEXUALIDADE, AFETIVIDADE E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

SIMÕES, Maria Emanuely de Andrade Sartori; ROCHA, Irys Eduarda Apolidorio; MOURA, Claudia Helena Gonçalves; TOMAZ, Ana Caroline de B. E.; SCHILIEPER, Mariana Della Mura Jannini; GIGANTE, Priscila Cristina Silva Cid; RABELO, Elizabeth Avelino; OLIVEIRA, Ana Francisca; RIBEIRO, Denise Costa; CÂMARA, Victor Mayer dos Santos

-  **Maria Emanuely de Andrade Sartori Simões**, UNIFENAS, Brasil
-  **Irys Eduarda Apolidorio Rocha**, UNIFENAS, Brasil
-  **Claudia Helena Gonçalves Moura**, UNIFENAS, Brasil
-  **Ana Caroline de B. E. Tomaz**, UNIFENAS, Brasil
-  **Mariana Della Mura Jannini Schilieper**, UNIFENAS, Brasil
-  **Priscila Cristina da Silva Gigante**, UNIFENAS, Brasil
-  **Elizabeth Avelino Rabelo**, UNIFENAS, Brasil
-  **Ana Francisca Oliveira**, UNIFENAS, Brasil
-  **Denise Costa Ribeiro**, UNIFENAS, Brasil
-  **Victor Mayer dos Santos Câmara**, UNIFENAS, Brasil

**ABSTRACT:** The work on sexual and reproductive rights with teenagers is essential for the possibility offered by the intervention of strengthening them, contributing to the protection of oneself and others. This study assumes that sexuality goes beyond biological aspects and comprehends issues related to affection, self-esteem, and dialogue. This paper aims to report the experience of interventions with 6th, 7th, 8th, and 9th grades students at a municipal school in Alfenas – MG. One intervention was made, which consisted in dynamic group workshops with 12 to 15 years old teenagers, and that promoted debate and education about sexuality and affectivity, focusing on prevention of violence in relationships. The intervention sought to explore themes related to sexuality and affectivity, especially ways to connect. It was noted that the school management supported the work when it was about the protection of adolescents against abuse and risk situations, but not so much about gender roles and autonomy-based ways to relate, although well developed by the students themselves. This shows that the debate needs to be reaffirmed to ensure the sexual and reproductive rights of the teenagers. The work contributed to the adolescent's education, helping them fulfil their autonomy, aiming to collaborate in the construction of an essential space to the affirmation of sexual and reproductive teenager's rights.

**KEYWORDS:** Sexuality. Affectivity. Prevention.

Adolescence.

**RESUMO:** O trabalho com direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes é essencial pela possibilidade que essa intervenção oferece de fortalecimento dos/das adolescentes, contribuindo na proteção de si e do outro. Esse estudo parte do pressuposto de que a sexualidade vai além dos aspectos biológicos e compreende questões relacionadas ao afeto, autoestima e diálogo. O artigo objetiva relatar a experiência da equipe nas intervenções com as salas de 6º e 7º anos e 8º e 9º anos do Ensino Fundamental II de uma escola municipal de Alfenas – MG. Foi realizada uma intervenção que consistiu no desenvolvimento de oficinas de dinâmicas de grupo

Revista Científica da UNIFENAS  
Universidade Professor Edson Antônio Velano, Brasil  
ISSN: 2596-3481  
Publicação: Mensal  
vol. 6, nº. 2, 2024  
revista@unifenas.br

Recebido: 13/03/2024  
Aceito: 14/03/2024  
Publicado: 18/03/2024

URL: <https://revistas.unifenas.br/index.php/revistaunifenas/issue/view/48>

DOI: [10.29327/2385054.6.2-6](https://doi.org/10.29327/2385054.6.2-6)

direcionadas a adolescentes de 12 a 15 anos e que promoveu o debate e formação sobre os temas da sexualidade e afetividade, com foco na prevenção à violência nos relacionamentos. A intervenção buscou tratar temas relativos à sexualidade e afetividade, especialmente modos de relacionar. Percebeu-se que a direção escolar apoiou o trabalho quando se tratava da proteção de adolescentes contra abuso e situações de risco, porém o debate dos papéis de gênero e formas de se relacionar pautadas na autonomia foram bem desenvolvidas entre alunos (as), mas não acolhido pela gestão escolar, indicando que esse debate precisa ser reafirmado para que, de fato, sejam garantidos os direitos sexuais e reprodutivos dos (as) adolescentes. O trabalho contribuiu na formação dos (as) adolescentes, auxiliando o exercício da autonomia; a intervenção buscou colaborar na construção de um espaço essencial para a afirmação dos direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sexualidade. Afetividade. Prevenção. Adolescência.

## 1 INTRODUÇÃO

A partir da *Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento*, no Cairo em 1994, que 184 países, inclusive o Brasil, assinaram a Declaração dos Direitos Sexuais e Reprodutivos, reconhecendo esses direitos como direitos humanos [1] Essa Declaração partiu da concepção de que todos cidadãos e cidadãs têm direitos sexuais e reprodutivos, que se referem, de modo geral, ao direito a ter informações e formação de qualidade sobre sexualidade, adequada à faixa etária, além de direito à autonomia, integridade e segurança sobre o corpo, direito à saúde sexual, direito a fazer escolhas e atenção à saúde sexual. Na Declaração, pressupõe-se que todos e todas possam acessar a educação sexual durante a vida que os habilite a prevenir situações de risco (como o abuso infantil ou durante adolescência e adultez), a ter informações que os/as habilite a decidir e viver a sexualidade, seja na adolescência e na adultez, de modo seguro, sem violência, discriminações, imposições e com respeito pelo próprio corpo e pelo corpo do (a) parceiro (a) [2]. No que se refere à educação sexual, são importantes o acesso a informações, mas também a prevenção à violência em relacionamentos, problema esse que tem afetado a saúde mental de jovens e adultos, reforçado pela naturalização da violência na cultura e na mídia:

A promoção dos direitos sexuais e reprodutivos pode contribuir para fortalecer o respeito à diversidade de orientação sexual, a equidade de gênero, a qualidade das relações entre parceiros íntimos e o empoderamento entre pessoas e comunidades [3, p. 216].

A prevenção da violência nos relacionamentos é uma estratégia relevante na promoção de saúde mental e na prevenção de exclusões e opressões que trazem desfechos negativos para a saúde. Compreende-se que a sexualidade é parte de uma dinâmica complexa que envolve afeto, autoestima, diálogo, decisão, o que inclui conhecimentos biológicos e preventivos obviamente, mas certamente não se reduz a esses conhecimentos [4]. Contemplar e discutir sobre afetos, autoestima, a segurança em saber de seus limites, a capacidade de tomar decisões, é parte essencial de uma vivência saudável da sexualidade e da afetividade na adolescência.

Num país em que a violência contra a mulher é endêmica, a prevenção da violência, sobretudo da violência contra a mulher tem sido pauta importante e essencial na intervenção frente a esse problema endêmico. O 16º Anuário de Segurança Pública, publicado nesse ano, aponta que entre 2016 e 2021, a quantidade de feminicídios cresceu cerca de 44,3% no país e, ainda Minas Gerais chega a 2021 com a maior taxa de feminicídios em números absolutos do país, sendo 13% maior que São Paulo. Além disso, o mesmo Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, aponta que 73,7% dos estupros registrados em 2020 foram contra vulneráveis – 86,9% das vítimas eram meninas e 85,2% dos abusadores eram conhecidos das vítimas [5].

Dado que a violência sexual atinge sobretudo mulheres, e dessas, meninas, é essencial que as intervenções com adolescentes aconteçam já no início dessa fase<sup>i</sup> (e também na infância), compreendendo que o fortalecimento de seus direitos sexuais e reprodutivos, passa necessariamente pelo acesso à educação sexual, que compreenda a prevenção a situações de risco, a obtenção de informação segura e confiável e ainda a compreensão mais ampla de que a sexualidade é uma vivência humana que se conjuga com o exercício do diálogo, da autonomia e da decisão livre, equitativa e sem coerção.

Pesquisadoras [3] relatam o desenvolvimento de uma intervenção de curta duração com adolescentes de Ensino Médio em que puderam, a partir da perspectiva dos direitos sexuais e da não violência, trazer mudanças atitudinais, mesmo a curto prazo, de não aceitação e evitamento de desfechos de violência.

Desse modo, o trabalho com direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes é essencial pela possibilidade que essa intervenção oferece de fortalecimento dos/das adolescentes, contribuindo na proteção de si e do outro. Ademais, uma intervenção com essa perspectiva na adolescência busca contribuir para as vivências futuras na adultez, auxiliando no desenvolvimento da responsabilidade e da tomada de decisões e escolhas durante toda a vida, afinal “presume-se que conhecer e discutir esses direitos contribua para a responsabilização pelo próprio curso da vida e por formas de relacionar afetiva e sexualmente pautados pelo respeito a si e ao outro” [3, p. 217]. Além disso, é importante auxiliar os adolescentes na prevenção de situações que os colocam em vulnerabilidade, como a exposição a comportamentos sexuais de risco, abuso por outrem, prática e/ou tolerância à violência nas relações afetivo-sexuais [2].

No que tange à prevenção da violência em relacionamentos

afetivos, vale ressaltar que uma educação preocupada com a dignidade humana e compromissada com a erradicação da violência doméstica contra a mulher está prevista na Lei 11.340/2006, a Lei Maria da Penha que prevê no Artigo 8º a promoção de programas educacionais com este propósito e o destaque no currículo escolar à equidade de gênero, de raça e ao problema da violência doméstica [7].

Portanto, este artigo traz o relato do trabalho realizado numa escola municipal de Ensino Fundamental II na cidade de Alfenas-MG e que consistiu no desenvolvimento de oficinas de dinâmicas de grupo direcionadas a adolescentes de 12 a 15 anos. Essas oficinas compreenderam o debate e formação sobre os temas da sexualidade e afetividade, com foco na prevenção à situação de violência em relacionamentos íntimos. Este trabalho foi desenvolvido como uma das ações do Projeto de Extensão “Gênero em discussão: diálogo e intervenção com a comunidade”, do Curso de Psicologia da Unifenas. O Projeto tem atendido a demandas da comunidade, trabalhando sobretudo com o desenvolvimento de intervenções grupais e ainda com palestras, discussões e formação sobre equidade de gênero e combate à violência contra a mulher.<sup>1iiiiii</sup>

As oficinas realizadas com duas turmas, 6º e 7º anos, e 8º e 9º anos agrupados, buscaram contribuir na garantia dos direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes, auxiliando-os(as) no exercício do diálogo, na desconstrução de temas tabus da sexualidade, na compreensão dos próprios afetos e no exercício da autonomia sobre seus corpos, auxiliando-os a decidir de modo consciente, com o respeito às próprias vontades e decisões – habilidades essas importantes a serem exercidas durante toda a vida. Consideramos ainda que a educação sexual deve permear toda a vida, como parte importante da formação integral dos sujeitos e que, por isso, deve ser contínua [2] e que outras ações são (e serão) necessárias no decorrer da escolarização e da trajetória de vida dos sujeitos.

## 2 METODOLOGIA

Foram realizadas intervenções com as salas de 6º e 7º anos e 8º e 9º anos do Ensino Fundamental II, agrupadas em duas turmas, de uma escola municipal do município de Alfenas – MG. A partir da modalidade de *oficinas de dinâmicas de grupo*, foram trabalhados temas relativos ao exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos, com foco no debate da sexualidade e afetividade e na prevenção à violência.

Segundo Soares *et al.* [9], o que define a oficina é a possibilidade de constituir uma aprendizagem

compartilhada, por meio de atividade grupal, tendo em vista a construção coletiva de conhecimentos e reflexões. A atividade em grupo busca, por seu próprio formato, trazer à tona questionamentos que provêm do contexto dos participantes e que necessitam ser debatidos para maior autonomia dos mesmos.

Desse modo, compreende-se que trabalhando com temas da sexualidade e da afetividade, de maneira interativa e aberta, podemos contribuir para a reflexão sobre essas vivências de modo amplo e consciente. Buscamos, com isso, tratar da sexualidade, retirando-a da condição de tabu, condição essa que angustia adolescentes e fomenta comportamentos de risco, dada a ausência ou incompletude de informação e de reflexão. Dessa maneira, a instauração de um espaço de acolhimento das questões biológicas, psicológicas e relacionais, vividas nessa fase da vida é essencial para que a proposta formativa faça sentido aos participantes e reverbera em suas vidas.

Por fim, buscamos com maior abertura e o diálogo sobre a sexualidade, contribuir para que os adolescentes se sentissem seguros para decidir sobre suas vivências de modo autônomo e consciente

Com a turma que reunia alunos e alunas dos 6º e 7º anos, foram realizados oito encontros, abordando os temas: Prevenção ao abuso; Mudanças corporais e emocionais da adolescência; Papéis de Gênero; Formas de se relacionar; Diversidade sexual e de gênero; Autoconhecimento e reconhecimento do outro.

E com as salas de 8º e 9º anos, foram realizados sete encontros, abordando os temas: Sexualidade: Mitos e verdades; Métodos contraceptivos; Papéis de Gênero; Relacionamentos Abusivos; Percepção do outro; e Masculinidade hegemônica.

Cada encontro teve uma duração média de 60 minutos. Buscou-se apresentar os temas a partir da observação das demandas dos dois grupos, considerando as especificidades da faixa etária e as curiosidades e necessidades das turmas. Portanto, os temas não foram estabelecidos de antemão, de modo que os/as extensionistas puderam ficar atentos à dinâmica grupal de cada turma e realizar as dinâmicas conforme exposto.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 3.1. Direitos sexuais e prevenção à violência: o grupo como potencialidade de trabalho

É certo que uma intervenção que trata sobre a sexualidade e afetividade, com foco na prevenção à situação de violência, mesmo que breve, junto a adolescentes, traz notórios avanços em relação aos conhecimentos que estes possuem acerca de temas que envolvem a sexualidade em sua dimensão global. Inicialmente, existe um desafio primordial, que se refere ao estabelecimento de um vínculo com o grupo que se pretende trabalhar. Principalmente, por se tratar de temas que antes não havia espaço para debate em seus contextos de vida, o/a adolescente se sente inseguro em participar de forma ativa das discussões e atividades propostas. Entretanto, com o tempo, é possível notar que os comportamentos tendem a mudar, sendo que

os adolescentes mostram maior abertura, o que fortalece o grupo e expande as possibilidades de trocas.

Pode-se dizer que, nesse momento de fortalecimento do grupo, estabeleceu-se o que Castilho [10, p. 44] conceitua como homeostase, uma reação característica do grupo, que se estabelece quando a mesma busca “atingir um equilíbrio entre as ansiedades, desejos e expectativas de seus diferentes membros, de tal sorte que esses fatores, principalmente a ansiedade, se apresentem em um nível tolerável”. A partir deste momento, com a realização dos encontros, ficou visível maior interação entre os participantes, que fizeram mais perguntas, além de exporem situações de suas vidas de uma forma que expandisse seus conhecimentos e trouxesse discussões relevantes que os fizessem refletir sobre esses temas.

Entende-se que, a partir da realização das dinâmicas propostas, os adolescentes conseguiram compreender, obter mais informações e refletir sobre alguns temas como: doenças sexualmente transmissíveis; métodos contraceptivos; gravidez; relacionamento abusivo; e outros. Em alguns casos, por exemplo, conseguiram relacionar algumas informações com sua vida e ver um pouco da realidade no seu dia a dia, como quando foi realizada a atividade sobre métodos contraceptivos, sendo que alguns deles mencionaram os métodos que seus familiares utilizavam, além de conseguirem discernir suas diferenças, aspectos positivos e negativos ao utilizá-los, como vantagens relacionadas ao uso e escolha, contraindicações e possíveis efeitos colaterais.

No que tange à atuação com 6º e 7º anos, ficou evidente no início a escassez de conhecimento que eles possuíam sobre consentimento e conhecimentos relacionados a seus corpos. Frente a isso, foram trabalhadas, por meio de dinâmicas lúdicas as mudanças corporais, explorando conhecimentos relativos aos caracteres sexuais, quanto mudanças na redefinição da identidade e personalidade do adolescente.

Também com esses alunos e alunas, foram trabalhadas as vantagens e desvantagens de ser homem e mulher, que deixou explícito o quanto já no início dessa fase, adolescentes reproduzem falas e atitudes misóginas e machistas que observam na sociedade. A partir de uma dinâmica em que debatiam vantagens e desvantagens, foi feita uma longa discussão sobre o tema, sendo levantadas questões cotidianas que reforçam tais atitudes, como uma tentativa de ampliar as percepções e relações entre desigualdades de gênero e papéis de gênero, tão naturalizados. Além disso, evidenciou-se como essencial o trabalho sobre o tema da diversidade sexual e de gênero. A partir de um texto que traz uma situação

fictícia de preconceito, foi debatida a homofobia, entendendo os efeitos deletérios do preconceito.

Por sua vez, na atuação com os 8º e 9º anos, foram discutidos também os papéis de gênero (masculino/feminino), explorando os papéis e expectativas em torno de homens e mulheres na sociedade. Foi possível perceber que as meninas, ao escreverem sobre serem homens, compreendiam os privilégios que estes possuem na sociedade, já os meninos falaram sobre questões como “eu ia querer menstruar”, demonstrando não ter conhecimento sobre as dificuldades enfrentadas por elas ao menstruarem. Foi interessante ainda perceber que além da percepção clara dos privilégios masculinos, as adolescentes apontam ainda o que os homens podiam fazer, num contraponto ao machismo, descrevendo atitudes como “eu seria respeitoso, organizado”; e no que tange à mulher, os adolescentes demonstraram não compreender as perspectivas das mulheres bem como os desafios vividos. No entanto, a própria discussão trouxe à tona a possibilidade de compartilhar e expressar as dificuldades e as necessidades. Ademais, com esse grupo, foi trabalhada também a temática das relações violentas, utilizando situações fictícias para reflexão, de modo que os/as participantes puderam discutir sobre como os relacionamentos abusivos são vistos e praticados no dia a dia e como eles influenciam na vida da vítima, refletindo sobre a importância do consentimento, do diálogo, da livre decisão e identificando situações de violência.

É interessante ressaltar como as meninas se afetaram e se expressaram durante as atividades, principalmente nas dinâmicas e discussões relacionadas a relacionamentos abusivos e a desigualdade de gênero. Elas demonstraram ter consciência sobre seu posicionamento, e como, em nossa sociedade, o homem e suas atitudes são mais valorizadas e desde cedo, meninas são afetadas pela desigualdade de gênero e pelo machismo estrutural. Elas demonstraram em suas atitudes e falas que desejam ser reconhecidas como sujeitos e que resistem ao sexismo, ao mostrarem e dizerem que não são fracas como dizem ou como esperam que sejam.

No último encontro ficou clara tal postura, quando colocaram em cartaz, frases como: “Não é porque eu sou mulher que eu sou fraca. Eu também sou FORTE”; e “Um homem nunca será mais forte que uma mulher. A mulher é forte em tudo, tanto no que faz, como no que passa”.

Nesse sentido, as meninas se mostraram muitas vezes mais conscientes para essas reflexões do que os meninos, esses que, em alguns momentos, faziam brincadeiras inadequadas para o momento, demonstrando estarem resistentes frente a esses temas e discussões. Esse comportamento observado pode indicar resistências e medos que atuam como mecanismos de defesa entre os membros do sexo masculino. Isso ocorre quando “o grupo (ou parte do grupo, nesse caso) ventila qualquer assunto que o ameaça, ou atinja sua estrutura de referência” [10, p. 45]. Tendo em vista que os assuntos ali faziam parte do cotidiano dos membros do grupo, entretanto não tinham sido colocados até então em questionamento, é comum que tais mecanismos de defesa sejam utilizados – coube, portanto, aos facilitadores o manejo da situação, para que tal atitude

não se tornasse frequente a ponto de causar prejuízos ao desenvolvimento do grupo.

Outro ponto que merece destaque, é o caráter breve da intervenção. É de extrema relevância que novas propostas sejam pensadas, a fim de possibilitar que cada vez mais adolescentes tenham acesso a informações no que concerne a seus direitos sexuais e reprodutivos, bem como manter uma rede de apoio que não só acolha, mas também debata sobre esses assuntos. Os avanços observados em relação ao conhecimento dos adolescentes foram notórios, mas ficará mais evidente se o aprendizado for contínuo.

Dessa forma, a utilização das oficinas de dinâmicas de grupo como método foi positiva, tendo em vista que possibilitou o fortalecimento de relações e trocas. Apesar dos desafios encontrados no decorrer do trabalho, são evidentes os conhecimentos adquiridos pelos adolescentes a partir da troca e acolhimento que a oficina de dinâmica de grupo permite e propicia. Certamente, houve o rompimento de ideias cristalizadas e perpetuadas na sociedade, estereótipos e noções geradoras de sofrimento e risco, o que possibilitou, por fim, um pensamento mais crítico e humanizado acerca da sexualidade.

### 3.2. Os direitos sexuais e reprodutivos dos adolescentes em pauta

Com o avanço das discussões políticas a respeito dos direitos sexuais e reprodutivos, as discussões sobre sexualidade avançaram para além do aspecto biológico, permitindo sua compreensão enquanto prática aliada à saúde física e mental. A contribuição política mais clara para esse entendimento partiu dos documentos elaborados a partir de conferências internacionais realizadas no Cairo e em Pequim na década de 1990, que puderam definir o conceito de direitos sexuais e reprodutivos, concebendo-os enquanto Direitos Humanos, como já explicitado.

A partir disso, a responsabilidade dos Estados em facilitar o acesso a informações sobre saúde sexual e reprodutiva por meio de políticas públicas foi enfatizada junto à necessidade de desenvolver ações de planejamento familiar, de acesso a métodos contraceptivos, serviços obstétricos e acesso à educação sexual. Além disso:

Reconheceu-se que a sexualidade é constitutiva dos sujeitos desde a infância e, portanto, a escola foi considerada local privilegiado para projetos e políticas que garantam os direitos sexuais e reprodutivos de seus alunos no âmbito da educação [11, p. 532-533].

Foi também a partir da década de 1990 que surgiram, no país, diversas políticas educacionais relacionadas à sexualidade, à prevenção e à promoção da saúde e à garantia de direitos sexuais

e reprodutivos, como os PCN's – os Parâmetros Curriculares Nacionais em 1998, anos depois, o Plano Nacional de Políticas para as mulheres, e o Programa Brasil sem Homofobia, ambos de 2004, e o Programa Gênero e Diversidade na escola, de 2008. Ainda que não tivessem peso de lei, os PCN's tiveram o papel de norteadores das atividades desenvolvidas no âmbito escolar.

Cabe destacar que um dos cadernos dos PCN's traz como temática a orientação sexual, em que se considera que a sexualidade é tema que deve estar presente em todos os níveis de ensino, disciplinas e atividades escolares, já que é parte inerente da formação. O Caderno de Orientação sexual traz três subtemas norteadores: o corpo como matriz da sexualidade, as relações de gênero, e a prevenção às IST's e Aids [12].

Considera-se nesse documento que a vivência da sexualidade se articula ao exercício da cidadania, à medida em que uma educação que contempla esse tema permite trabalhar o respeito por si mesmo e pelo outro, e busca garantir direitos básicos como o direito à saúde e o direito à informação. Os PCN's visam integrar esses temas de maneira transversal no currículo e nas atividades escolares, de maneira que sejam contemplados por diversas áreas [12]. Cabe compreender que os PCN's partem do entendimento de que é preciso assegurar os direitos sexuais e reprodutivos, considerando o adolescente como protagonista, capaz de decidir e acessar serviços de saúde.

Marcon, Prudêncio e Gesser analisaram a produção bibliográfica sobre diversidade sexual na escola desde o período de publicação dos PCN's, em 1998, e perceberam um grande avanço nas políticas governamentais voltadas às garantias dos direitos sexuais e reprodutivos, sendo que algumas dessas políticas consideram a escola como *locus* importante e essencial de superação do preconceito [13]. Cabe ressaltar que, ainda em 2008, foi publicado pelo Ministério da Educação, especificamente pela Secad (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade) o Caderno *Gênero e Diversidade na Escola: Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais*. Esse caderno foi produzido como parte de um curso de formação continuada de professores com essas temáticas, oferecido por universidades na modalidade à distância e com alguns módulos presenciais<sup>iv</sup>.

Enquanto projeto que, no entanto, não chegou às escolas, em 2011, foi criado o Projeto *Escola sem Homofobia*, que tinha como objetivo introduzir o debate sobre diversidade sexual na escola. Entretanto, o material desse projeto sofreu grande pressão em 2011 de deputados alinhados à direita conservadora, em especial, por deputados ligados a igrejas evangélicas, chegando a ser vetado. Isso demonstra o que Ferreira nomeou como uma predominância da pauta conservadora nos últimos anos, o que fez com que até mesmo um governo de caráter progressista, como o da ex-presidenta Dilma Rousseff, suspendesse a pauta da diversidade sexual em favor da governabilidade [15].

Marcon, Prudêncio e Gesser apontam, além disso, que existe uma distância imensa entre o que propõem as políticas que visam incluir o debate sobre sexualidade e diversidade sexual e a real efetividade de sua

implementação, já que a maior parte dos estudos aponta a presença de desigualdades de gênero e do predomínio da heteronormatividade na escola [13].

Do mesmo modo, Furlanetto *et al.* [11] apontam que mesmo passadas duas décadas da publicação dos PCN's, a realização de um projeto transversal com a temática da sexualidade enfrenta muitas dificuldades. As autoras realizaram uma ampla revisão bibliográfica de estudos nacionais empíricos sobre educação sexual, publicados entre 2010 a 2016, e apontaram que a maioria desses estudos parte de experiências pontuais realizadas nas escolas por profissionais externos ao quadro escolar. No geral, são experiências realizadas por profissionais de Enfermagem, Medicina e Psicologia e, nos casos em que eram realizadas dentro da escola e por seus profissionais, eram feitas por professores de Ciências e de Biologia. As autoras indicam que grande parte dessas intervenções traziam temas ligados à saúde sexual e reprodutiva, com foco nas informações de prática preventiva. Embora os documentos oficiais indiquem a necessidade de trabalhar a sexualidade sob um aporte histórico e social, abordando inclusive os papéis de gênero, os professores não têm acessado esses documentos e nem têm recebido capacitação necessária para isso.

Pode-se compreender que a ausência de formação no campo da sexualidade pode dificultar o estabelecimento de abordagens e métodos, podendo levar a práticas repressivas, punitivistas e discriminatórias [11].

Pesquisa realizada por Gesser, Oltramari e Panisson [16] com professores do ensino fundamental indica que os professores apresentavam um discurso “preventivista” da sexualidade, com preocupação com gravidez e AIDS, e algumas vezes isso vinha articulado a posturas conservadoras morais e religiosas. Isso indica o quanto tais práticas podem estar relacionadas ao modo como a educação sexual historicamente foi abordada no país: uma associação entre uma abordagem médico-informativa e práticas de punição, alinhada a crenças religiosas [11].

Os professores nessa pesquisa também demonstravam uma preocupação com a fase de desenvolvimento da criança e adolescente, com certo receio de que o tratamento dessas temáticas pudesse “incitar precocemente” determinadas fases da sexualidade. Desse modo, embora a produção de conhecimento relacionada à diversidade sexual na escola tenha avançado consideravelmente nos últimos anos na direção de uma educação que valoriza as diferenças, a realidade das escolas – tal como apontado na produção sobre o tema – se encontra muito aquém do conhecimento disponível.

Em consonância com o que, conforme Adorno,

poderíamos considerar expressão da dificuldade de elevar a sexualidade a objeto da consciência, portanto, como uma tendência a experimentá-la como um tabu [17], Gesser, Oltramari e Panisson evidenciaram também, a partir de pesquisa com docentes, uma redução da sexualidade a aspectos biológicos, como reprodução, infecções, desenvolvimento, dissociando-a de relações sociais e culturais que demarcam a expressão da sexualidade [16]. Compreender a sexualidade como atributo biológico ou natural pode levar à negação de que a escola e seus processos pedagógicos são produtores de normas de gênero e sexualidade e de que essas normas, veiculadas na sociedade, demarcam a expressão da sexualidade e da afetividade, podendo gerar formas abusivas e discriminatórias de relação.

Além de apontarem a ausência de conhecimento e de formação dos profissionais da educação sobre as temáticas de *gênero* e *sexualidade*, as pesquisas revisadas demonstram a permanência de discursos e posições conservadoras nas escolas pesquisadas e na sociedade.

Nesse sentido, a intervenção aqui descrita parece demonstrar a permanência de formas de intervenção nas escolas com este tema, tal como Furlanetto *et al.* indicam: a presença de profissionais e estagiários externos à instituição e que realizam nela intervenções pontuais [11]. Como observado pelos autores citados, embora o país tenha alcançado certo avanço no que tange ao entendimento dos direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes desde a publicação dos PCN's, a tônica conservadora predomina nas escolas. Entretanto, já na última década, o país tem assistido à predominância de pautas conservadoras no que tange aos direitos sexuais e reprodutivos, propostas até mesmo em âmbito nacional<sup>v</sup>. O predomínio de uma concepção conservadora sobre a sexualidade, em especial do adolescente, tem dificultado ainda mais o avanço da sociedade no que tange ao atendimento e busca da garantia dos direitos sexuais e reprodutivos.

No que concerne à experiência aqui relatada, pudemos observar certa abertura da escola onde a intervenção foi realizada à medida em que, ao recebermos a demanda, a equipe de extensionistas e orientadora do *Projeto de Extensão Gênero em discussão*, frisou a abordagem do tema da sexualidade, com foco nos direitos sexuais e na prevenção à violência, ao passo que a escola, representada por diretores e supervisores, compreendeu a importância de trazer profissionais que pudessem debater esses temas. Foi percebido, em diversos momentos, que a escola não se sentia à vontade para tratar desses assuntos, dificuldades essas que podem advir do perfil, da formação da equipe pedagógica e/ou docente ou ainda da dificuldade de tocar num assunto que desperta questionamentos morais e que exige posicionamentos da escola.

Segundo Carvalho *et al.* [21], os adolescentes são compreendidos ainda em nossa sociedade como estando em um momento de passagem, uma transição - são considerados incapazes ou irresponsáveis de tal modo que se instalam na sociedade e nas instituições discursos tutelares que comunicam os perigos da sexualidade adolescente, vista como precoce ou cercada de riscos.

Por vezes, os direitos sexuais aparecem atrelados somente

ao combate ao abuso, à exploração e violência sexual - violações que, claro, devem ser combatidas - mas o excessivo enfoque nessa dimensão dificulta a compreensão do que deve ser afirmado (e não apenas negado), como a afetividade, a capacidade de negociação, a autoestima, a necessidade de acessar informações e serviços, a livre expressão, noções que se conectam profundamente à liberdade e autonomia que constituem os direitos sexuais [21].

Percebemos que o trabalho da prevenção a situações de risco, como abuso e violência sexual ou ainda de práticas sexuais de risco obteve apoio da escola onde estivemos, ao passo que o trabalho com a autonomia e liberdade - a partir de dinâmicas que propuseram a discussão sobre papéis de gênero estereotipados, a negociação do método contraceptivo, e ainda a percepção de situações de violência - soaram como inovadores à instituição.

Entretanto, ficam questionamentos importantes relativos à garantia dos direitos sexuais (e reprodutivos) dos adolescentes: em que medida a escola, ou profissionais externos ou ainda outras instituições poderão garantir os direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes, lhes permitindo acesso à informação e formação sobre os temas, e ainda o acesso à saúde sexual e reprodutiva, sem quaisquer condicionantes ou limitações?

Compreendemos que o trabalho com os direitos sexuais e reprodutivos, até mesmo para prevenção de situações de risco, precisa necessariamente tocar o cerne de situações geradoras de risco à saúde e à vida, como as relações de gênero desiguais, a homofobia, e a naturalização da violência nas relações afetivas. Acreditamos, portanto, que esse trabalho foi (e é) coletivo, de aprendizado mútuo entre escola, com seu corpo pedagógico e docente, extensionistas, e alunos e alunas, ampliando em conjunto suas percepções e expressando necessidades, nas possibilidades existentes de educação conjunta.

#### 4 CONCLUSÃO

O trabalho com direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes é essencial para o fortalecimento dos/das adolescentes, contribuindo na proteção de si e do outro. Além disso, esse trabalho buscou contribuir para as vivências futuras na adultez, auxiliando no desenvolvimento da responsabilidade e da tomada de decisões e escolhas durante toda a vida. Compreendemos que os desenvolvimentos dessas habilidades devem ser iniciados ainda na adolescência, para que os/as adolescentes sejam capazes de tomar decisões, acessar recursos e serviços, detectar situações de risco e então serem capazes de exercer seus direitos sexuais e reprodutivos.

A discussão que alunos e alunas tiveram durante

as oficinas permitiram tecer reflexões que indicam maior autonomia e uma maior capacidade de buscar informações e se responsabilizar pelas decisões na vida. Além disso, a reflexão sobre situações de violência e abuso nos relacionamentos indica a importância de reconhecerem essas situações e a possibilidade de buscarem e apoiarem formas de se relacionar afetiva e sexualmente pautados pelo respeito a si e ao outro [3].

Desse modo, a intervenção relatada buscou auxiliar os/as adolescentes na prevenção de situações que os colocam em vulnerabilidade, como comportamentos sexuais de risco, abuso, prática e/ou tolerância à violência nas relações [1].

Tratar da sexualidade e afetividade de maneira ampla e conectada com os direitos sexuais é uma intervenção que segue urgente, uma vez que a educação sexual centrada nessa perspectiva ainda é recente e está sujeita a diversas barreiras para sua implementação na sociedade e na escola. Esforços para isso devem ser empreendidos, tendo como base a concepção de que a escola é espaço de preparação para o exercício da autonomia [3].

Portanto, o trabalho realizado contribuiu ao trazer o tema da sexualidade e da afetividade para os adolescentes, auxiliando na formação dos mesmos, para que tenham condições de decidir de modo consciente, exercitando o diálogo, o respeito com seu corpo, com o corpo do outro, habilidades importantes por toda a vida e que podem ter repercussões na adultez e também nos seus entornos. Não podemos deixar de mencionar, contudo, que a educação sexual deve permear toda a vida, sendo uma parte importante da formação integral dos sujeitos e que, por isso, deve ser contínua [2].

Para isso, é importante que além de informações e debates, as instituições de saúde, educação e assistência social garantam em conjunto o acesso a informações de qualidade e a serviços de saúde – relacionados à saúde sexual, reprodutiva e psicológica, com orientação personalizada. Ademais, é importante que o debate sobre sexualidade e prevenção à violência esteja presente na escola, mas também em outros espaços, como apoio aos sujeitos durante toda sua vida, na prevenção a situações de risco, trazendo pleno entendimento sobre seus limites e os limites do outro. Diversas intervenções se fazem necessárias num *continuum* de formação dos sujeitos, como dinâmicas, oficinas, palestras, cartilhas, apresentações, inclusive ações que coloquem adolescentes homens e mulheres no protagonismo de sua formação e enquanto construtores de uma cultura mais respeitosa, baseada no diálogo e na equidade.

#### REFERÊNCIAS

[1] Piovesan. F. O que são Direitos Reprodutivos?. Portal Geledés. [acesso em 16 ago 2022]. Disponível em: [https://www.geledes.org.br/o-que-sao-direitos-reprodutivos/?amp=1&gclid=Cj0KCCQjw08aYBhDIARIsA\\_A\\_gb0d2wiWAZ6r\\_8TKOQO5\\_2Ga\\_4URpX1hK3\\_2PICrTHIbS7f31OZtmpkMaApU7EALw\\_wcB](https://www.geledes.org.br/o-que-sao-direitos-reprodutivos/?amp=1&gclid=Cj0KCCQjw08aYBhDIARIsA_A_gb0d2wiWAZ6r_8TKOQO5_2Ga_4URpX1hK3_2PICrTHIbS7f31OZtmpkMaApU7EALw_wcB)

[2] Furlani J. Educação sexual na sala de aula: relações de

gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica; 2011.

[3] Murta S.G.; Santos B.R.P.; Araújo I.F.; Martins C.P.S.; Oliveira B.; Cangussú E.D.A. Intervenção breve para promoção de direitos sexuais e reprodutivos e prevenção à violência no namoro em adolescentes. In Zanello V.; Andrada A.P.M. Saúde mental e gênero: diálogos, práticas e interdisciplinaridades. Curitiba: Appris; 2014.

[4] Cedaro J. J.; Boas L. M. S. V.; Martins R. M. Adolescência e sexualidade: um estudo exploratório em uma escola de Porto Velho, RO. Psicologia: ciência e profissão. 2012: 32 (2); 320-339.

[5] Gife. Combater os altos índices de violência contra meninas e mulheres depende de mudança cultural. 16 ago. 2021. [acesso em 28 nov. 2022]. Disponível em: <https://gife.org.br/combater-altos-indices-de-violencia-contra-meninas-e-mulheres-depende-de-mudanca-cultural/>.

[6] Brasil. Marco legal: saúde, um direito de adolescentes. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à saúde, Área de saúde do adolescente e do jovem. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007.

[7] Brasil. Lei Maria da Penha. Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006.

[8] Simões M.E.A.S; Moura C.H.G. Relato de experiência de um Projeto de extensão: discutindo gênero na comunidade. Revista Diversidade e Educação. 2022: 10 (1), 388-405.

[9] Soares S. M.; Amaral M. A.; Silva L. B.; Silva P. A. B. Oficinas sobre sexualidade na adolescência: revelando vozes, desvelando olhares de estudantes do Ensino Médio. Escola Ana Nery Revista de Enfermagem. 2008: 12 (3); 485-491.

[10] Castilho A. Reações características de grupo. In Castilho A. A dinâmica de trabalho de grupo. Rio de Janeiro: Qualitymark; 1994.

[11] Furlanetto M. F.; Lauerman F.; Costa, C. B.; Marin, A. H. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. Cadernos de Pesquisa. 2018: 48 (168); 550-571.

[12] Brasil. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos de ensino fundamental.

Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, DF, 1998. [acesso em 03 jun. 2022]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>.

[13] Marcon, A. N.; Prudêncio, L. E. V.; Gesser, M. Políticas públicas relacionadas à diversidade sexual na escola. Psicologia Escolar e Educacional. 2016: 20 (2); 291-301.

[14] Brasil. Caderno Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, SECAD- Ministério da Educação., 2008. [acesso em 03 jun. 2022]. Disponível em: [http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib\\_cad4\\_gen\\_di\\_v\\_prec.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_cad4_gen_di_v_prec.pdf).

[15] Ferreira G. G. Conservadorismo, fortalecimento da extrema-direita e a agenda da diversidade sexual e de gênero no Brasil contemporâneo. Lutas sociais. São Paulo, 2016: 20 (2); 166-178.

[16] Gesser M.; Oltramari L. C.; Panisson G. Docência e concepções de sexualidade na educação básica. Psicologia & Sociedade, 2015: 27(3); 558-568.

[17] Adorno T W. Educação e emancipação. São Paulo: Editora Paz e Terra; 1995.

[18] Levorato, G. F.; Pereira, M. Brasil está atrás de vizinhos em educação sexual, aponta estudo. Portal Comunicare. 7 set. 2020. [acesso em 20 jan. 2022]. Disponível em: <https://www.portalcomunicare.com.br/brasil-esta-atras-de-vizinhos-em-educacao-sexual-aponta-estudo/>.

[19] Chade, J. Brasil leva religião à ONU e encaminha projetos que citam educação sexual. Site Uol. 15 jun. 2020 [acesso em 22 jun. 2022]. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/07/15/evangelicos-dao-o-tom-da-postura-internacional-do-brasil.htm>.

[20] Estado de Minas Nacional. Governo lança campanha que prega abstinência sexual contra gravidez precoce. 3 fev. 2020. [Acesso em 18 dez. 2022]. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/02/03/interna\\_nacional,119158/governo-lanca-campanha-prega-abstinencia-sexual-gravidez-precoce.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/02/03/interna_nacional,119158/governo-lanca-campanha-prega-abstinencia-sexual-gravidez-precoce.shtml).

[21] Carvalho C. de S.; Silva E. R.; Souza S. J.; Salgado R. G. Direitos sexuais de crianças e adolescentes: avanços e retrocessos. Psicologia Clínica. 2012: 24 (1); 69-88.

---

<sup>i</sup> A Organização Mundial da Saúde considera a adolescência a fase que vai dos 10 aos 19 anos, enquanto a legislação brasileira, com o Estatuto da Criança e do Adolescente considera que essa fase se inicia aos 12 e se estende aos 18. Apesar de divergências, é preciso considerar que, independente de critérios cronológicos, a adolescência é marcada por fatores não apenas biológicos, mas se trata de uma fase de amplo desenvolvimento biopsicossocial, envolvendo mudanças sociais, psicológicas, sendo um fenômeno singular marcado por fatores socioculturais [6].

ii

<sup>iii</sup> A experiências que vem sendo realizadas neste Projeto estão relatadas no artigo “Relato de experiência de um Projeto de Extensão: discutindo gênero na comunidade” de Simões e Moura [8].

<sup>iv</sup> O Programa *Gênero e diversidade na escola* orientou-se pela necessidade de formação de professores nas temáticas de gênero, desigualdade de gênero, orientação sexual e questões étnico-raciais, numa tentativa de superação de preconceitos e trabalho da diversidade humana com os docentes [14]. Essa formação foi realizada por algumas universidades e direcionada a professores da educação básica, de diversas capitais do país.

<sup>v</sup> Em levantamento da Federação Internacional do Planejamento Familiar feita em 2015, no Brasil, México, Chile e Argentina, o Brasil despontou como um dos países que menos apresentavam a educação sexual em seus currículos escolares [18]. A postura do governo federal nos últimos anos tem sido relutante quanto às indicações da ONU para o trabalho da educação sexual nas escolas [19], de modo que é preciso frisar que, além de relutância, houve o predomínio de uma pauta religiosa e conservadora, emperrando políticas e práticas que garantissem os direitos sexuais e reprodutivos. À exemplo, no ano de 2020, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos promoveu uma campanha destinada a combater a gravidez na adolescência por meio da abstinência ou do adiamento das relações sexuais [20].